

Diretora do Ibase defende políticas de inclusão para a redução de desigualdades sociais

(Cristina Índio do Brasil)

Rio - O crescimento de 14,1%, em 2004, na renda de populações mais pobres, é um fato a comemorar, na avaliação da diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Dulce Pandolf. Ela comentou hoje (9), na Rádio Nacional, o resultado do estudo O Crescimento Pró-Pobre: o Paradoxo Brasileiro, do chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), economista Marcelo Néri.

O estudo foi realizado com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao período entre 2001 e 2004.

Segundo a pesquisadora, embora a mudança apontada no estudo ainda seja pequena, em um país com uma história de desigualdades sociais como o Brasil o resultado é relevante. "No momento em que vemos os índices diminuindo nós temos que comemorar bastante, mas com o pé na realidade, sabendo que o caminho é muito longo e que temos muita coisa pela frente. Mas não podemos deixar de perceber como um dado promissor e que deve ser de fato festejado, porque essa sempre foi a grande batalha de quem luta por um país mais justo, mais fraterno e mais solidário", disse.

Para Dulce Pandolf, é difícil precisar quanto tempo será necessário para haver a redução das diferenças econômicas entre as diversas faixas da população, mas defendeu que o país precisa continuar a promover políticas de inclusão, não só pelo governo, mas com a participação da sociedade por meio de organizações não-governamentais (ONGs).

Dulce Pandolf destacou que o programa Bolsa Família vem sendo bem avaliado por instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas disse acreditar que o efeito do programa ainda não chegou a ser captado no estudo da FGV, porque foi implementado em 2003 e os dados da Pnad se referem ao período de 2001 a 2004. "Em uma próxima pesquisa, tudo indica, teremos uma diminuição um pouco mais acentuada dessa desigualdade. Cabe à sociedade batalhar cada vez mais por políticas sociais e econômicas que contribuam para isso. Não dá para se prever quando esse processo vai ser mais ágil ou menos ágil, porque depende de vários fatores, mas o papel da sociedade tem que ser fundamental", explicou.

Na análise da pesquisadora, o país atravessa um bom momento para que a sociedade exerça a pressão necessária para a adoção de políticas de inclusão. "O país é campeão de desigualdades. É fundamental reverter este quadro. É inadmissível ainda termos no país pessoas morrendo de fome, sem acesso à escola, à educação e à saúde", afirmou.

Para Dulce Pandolf, deve ser destacada ainda a importância de crédito agrícola e do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) na melhoria da renda da população. Ela ressaltou ainda os reajustes do salário mínimo e do funcionalismo público como exemplos "emblemáticos" de uma situação de reposição de perdas. "Como também a questão do crédito bancário, que está gerando um maior desenvolvimento da economia", disse.

O Ibase está completando 25 anos de atividade. "Ele foi pensado no exílio, ainda na época da ditadura militar, entre 1974 e 1985, por Betinho, Marcos Arruda e Carlos Afonso, com o objetivo de assessorar os movimentos sociais. Desde a sua fundação tem esse objetivo de participar, de tentar interferir no debate público e de provocar mudanças na sociedade brasileira. Acho que tem conseguido", concluiu.

/td>